

O processo grupal*

Silvia Tatiana Maurer Lane

Este trabalho é o resultado de cursos de pós-graduação onde alunos e professor se propuseram rever a noção de pequenos grupos em função de uma redefinição da Psicologia Social, onde o grupo não é mais considerado como dicotômico em relação ao indivíduo (Indivíduo sozinho \times Indivíduo em grupo), mas sim como condição necessária para conhecer as determinações sociais que agem sobre o indivíduo, bem como a sua ação como sujeito histórico, partindo do pressuposto que toda ação transformadora da sociedade só pode ocorrer quando indivíduos se agrupam.

Assim, o nosso objetivo foi dar início a uma forma sistemática de refletir teoricamente sobre processos grupais, alternando observações e teorizações, na tentativa de definir algumas premissas básicas para o conhecimento concreto de pequenos grupos sociais.

Tradicionalmente, os estudos sobre pequenos grupos estão vinculados à teoria de K. Lewin, que os analisa em termos de espaço topológico e de sistema de forças, procurando captar a dinâmica que ocorre quando pessoas estabelecem uma interdependência seja em relação a uma tarefa proposta (sócio-grupo), seja em relação aos próprios membros em termos de atração, afeição etc. (psico-grupo).

(*) Este capítulo é uma revisão e ampliação do artigo "Uma Análise Dialética do Processo Grupal" por S. T. M. Lane *et alii*, publicado em *Cadernos PUC - Psicologia*, n.º 11, Educ., Cortez Editora, 1981.

É nesta tradição que conceitos como de coesão, liderança, pressão de grupo foram sendo desenvolvidos em base de observações e experimentos. Tem-se assim descrições de processos grupais que permitem apenas a reprodução, através da aprendizagem de grupos produtivos para o sistema social mais amplo.

Pudemos observar que os estudos sobre pequenos grupos nesta abordagem tem implícitos valores que visam reproduzir os de individualismo, de harmonia e de manutenção. A função do grupo é definir papéis e, conseqüentemente, a identidade social dos indivíduos: é garantir a sua produtividade social. O grupo coeso, estruturado, é um grupo ideal, acabado, como se os indivíduos envolvidos estacionassem e os processos de interação pudessem se tornar circulares. Em outras palavras, o grupo é visto como a-histórico numa sociedade também a-histórica. A única perspectiva histórica se refere, no máximo, à história da aprendizagem de cada indivíduo com os outros que constituem o grupo.

De uma outra perspectiva, encontramos alguns autores que procuram analisar processos grupais na sua inserção social e institucional, como é o caso de Horkheimer e Adorno, que vêem o microgrupo como a mediação necessária entre o indivíduo e a sociedade e cuja estrutura assume formas historicamente variáveis.

Loureau propõe uma análise das instituições através das relações grupais que nelas ocorrem, caracterizando os grupos em termos de grupo-objeto, onde a segmentaridade se dá de forma a manter os indivíduos justapostos sob uma capa de coerência absoluta — é o que o autor denomina de grupo tipo bando ou seita. Um outro grupo-objeto seria aquele onde os indivíduos se justapõem para a realização de um trabalho e onde a divisão de trabalho determina hierarquias de poder.

É através da análise da transversalidade que se torna possível o conhecimento da segmentaridade do grupo e da sua autonomia, bem como de seus limites, condição para um grupo se tornar grupo-sujeito, isto é, aquele que percebe a mediação institucional, objetiva e conscientemente.

Também Lapassade analisa grupos quanto a sua dinâmica e seu nível de vida oculto que seria o nível institucional o qual irá determinar as características do grupo se processando numa contradição permanente entre serialização e totalização. Retoma Sartre para caracterizar a serialidade como sendo a própria negação do grupo, onde apesar de haver um objetivo comum, a relação entre os membros não passa de uma somatória, ou seja, eles formam

uma série tipo primeiro, segundo, terceiro, etc. Somente quando os membros se organizam é que podemos falar em grupo que define, controla e corrige a práxis comum. Lapassade descreve, ainda, o que seria o "grupo-terror", no qual há a figura de poder que determina as obrigações e a manutenção do *status quo*. A este grupo se oporia o grupo-vivo, que se caracteriza por relações de igualdade entre seus membros e pela autogestão.

Ainda dentro de uma proposta dialética, teríamos a teoria de Pichon-Rivière, para quem grupo é "um conjunto restrito de pessoas ligadas entre si por constantes de tempo e espaço, articuladas por sua mútua representação interna, que se propõe de forma explícita ou implícita uma tarefa a qual constitui sua finalidade, interagindo através de complexos mecanismos de atribuição e assunção de papéis". Este autor desenvolve uma técnica operativa para instrumentar a ação grupal visando a resolução das dificuldades internas dos sujeitos, que provêm de ansiedades geradas pelo medo da perda do equilíbrio alcançado anteriormente e do ataque de uma situação nova (desconhecida), medos estes que criam uma resistência à mudança, dificultando os processos de comunicação e aprendizagem.

Desta forma, sua técnica visa uma análise sistemática das contradições que emergem no grupo, através da compreensão das ideologias inconscientes que geram a contradição e/ou estereótipos no processo da produção grupal. Para tanto, o grupo parte da análise de situações cotidianas para chegar à compreensão das pautas sociais internalizadas que organizam as formas concretas de interação, ou seja, das relações sociais e dos sujeitos inseridos nessas relações.

Por último, podemos citar o Grupo Operativo analisado por J. F. Calderón e G. C. C. De Góvia, para os quais um "grupo é uma relação significativa entre duas ou mais pessoas" que se processa através de ações encadeadas. Esta interação ocorre em função de necessidades materiais e/ou psicossociais e visa a produção de suas satisfações. A produção do grupo se realiza em função de metas que são distintas de metas individuais e que implicam, necessariamente, cooperação entre os membros.

Os autores fazem uma tipologia dos grupos em função de estágios alcançados por eles, considerando que os grupos estão em constante transformação na medida em que produzem meios para satisfação de suas necessidades. Neste processo, o primeiro estágio seria o de *grupo aglutinado*, no qual há um líder que propõe ações

conjuntas e do qual os membros esperam soluções; é um grupo de baixa produtividade. Num segundo momento, temos o *grupo possessivo*, onde o líder se torna um coordenador de funções, e onde as tarefas exigem a participação de todos levando a maior interação e conhecimentos mútuos.

Na terceira fase, temos o *grupo coesivo*, onde há uma aceitação mútua dos membros, o líder se mantém como coordenador e a ênfase do grupo está na manutenção da segurança conseguida, vista como um privilégio. É um grupo que tende a se fechar, evitando a entrada de novos elementos.

Por fim, temos o *grupo independente*, com a liderança amplamente distribuída, pois o grupo já acumulou experiências e aprendizagens; os recursos materiais aumentam e as metas fundamentais vão sendo alcançadas, surgindo novas metas que visam o desenvolvimento pleno dos membros e das pessoas que se relacionam com o grupo. É um grupo onde as relações de dominação são minimizadas e a coordenação das atividades tende para a autogestão.

Os autores observam que não há tipos puros de grupos, pois estes estão sempre se processando dialeticamente, uma etapa englobando aspectos da etapa anterior.

Podemos perceber, por esta revisão de teorias sobre o grupo, uma postura tradicional onde sua função seria apenas a de definir papéis e, conseqüentemente, a identidade social dos indivíduos, e de garantir a sua produtividade, pela harmonia e manutenção das relações apreendidas na convivência. Por outro lado, temos teorias que enfatizam o caráter mediatório do grupo entre indivíduos e a sociedade enfatizando o processo pelo qual o grupo se produz; são abordagens que consideram as determinantes sociais mais amplas, necessariamente presentes nas relações grupais.

Essa revisão crítica permitiu levantarmos algumas premissas para conhecer o grupo, ou seja: 1) o significado da existência e da ação grupal só pode ser encontrado dentro de uma perspectiva histórica que considere a sua inserção na sociedade, com suas determinações econômicas, institucionais e ideológicas; 2) o próprio grupo só poderá ser conhecido enquanto um processo histórico, e neste sentido talvez fosse mais correto falarmos em processo grupal, em vez de grupo.

Destas premissas decorre que todo e qualquer grupo exerce uma função histórica de manter ou transformar as relações sociais

desenvolvidas em decorrência das relações de produção, e, sob este aspecto, o grupo, tanto na sua forma de organização como nas suas ações, reproduz ideologia, que, sem um enfoque histórico, não é captada. De fato, o estudo fracionado de pequenos grupos tem endossado os aspectos ideológicos inerentes ao grupo como naturais e universais, reproduzindo, assim, ideologia com roupagem científica.

A seqüência do trabalho se caracterizou pela discussão de como uma análise dialética poderia captar o grupo enquanto processo e, inserido numa totalidade maior, levar ao conhecimento dos aspectos concretos desse fato social.

Num artigo anterior, Lane aponta para a tradição biológica da psicologia como um dos maiores entraves para o estudo do comportamento social dos indivíduos, o que não significa a negação do biológico, mas da concepção que decorre desta tradição, onde o ser humano é visto como possuidor de uma existência abstrata, única, isolada de tudo e de todos. Mesmo antes do nascimento, o homem desenvolve-se biologicamente numa relação direta com seu meio ambiente, o que significa que o tornar-se homem está intimamente ligado com um ambiente, que não pode ser visto como "natural", mas como um ambiente construído pelo homem. Assim, a relação homem-meio implica a construção recíproca do homem e do seu meio, ou seja, o ser humano deve ser visto como produto de sua relação com o ambiente e o ambiente como produto humano, sendo, então, basicamente social.

O ambiente, visto como produto humano, se desenvolve a partir da necessidade de sobrevivência, que implica o trabalho e a conseqüente transformação da natureza; a satisfação destas necessidades gera outras necessidades, que vão tornando as relações de produção gradativamente mais complexas. O desenvolvimento da sociedade humana se dá a partir do trabalho vivo, que produz bens e a conseqüente acumulação de bens (capital), e a necessidade do trabalho assalariado; em última análise, a formação de classes sociais. Logo, as relações de produção geram a estrutura da sociedade, inclusive as determinações sócio-culturais, que fazem a mediação entre o homem e o ambiente.

Uma abordagem psicológica do ser humano teria de enfatizar necessariamente, para uma compreensão completa do homem, uma macro e microanálise, em que a primeira abrangeria todo o contexto social, estrutura, relações, etc., e a segunda se direcionaria

para o homem formado por este contexto e, portanto, agindo, percebendo, pensando e falando segundo as determinações desse contexto, que, atuando como mediações, foram internalizadas pelo ser humano.

O indivíduo, na sua relação com o ambiente social, interioriza o mundo como realidade concreta, subjetiva, na medida em que é pertinente ao indivíduo em questão, e que por sua vez se exterioriza em seus comportamentos. Esta interiorização-exteriorização obedece a uma dialética em que a percepção do mundo se faz de acordo com o que já foi interiorizado, e a exteriorização do sujeito no mundo se faz conforme sua percepção das coisas existentes.

Assim, a capacidade de resposta do homem decorre de sua adaptação ao meio no qual ele se insere, sendo que as atividades tendem a se repetir quando os resultados são positivos para o indivíduo, fazendo com que estas atividades se tornem habituais.

Todos os processos de formação de hábitos antecedem a institucionalização dos membros, esta ocorrendo sempre quando as atividades tornadas hábitos se amoldam em tipos de ações que são executadas por determinados indivíduos. Assim, a instituição pressupõe que, por exemplo, o dirigente e o funcionário ajam de acordo com as normas estabelecidas, e assim por diante. É importante notar que essas tipificações são elaboradas no curso da história da instituição, daí só se poder compreender qualquer instituição se aprendermos o processo histórico no qual ela foi produzida.

Também é importante ressaltar o fato de que, quanto mais solidificados e definidos forem esses padrões, mais eficiente se torna o controle da sociedade sobre os indivíduos que desempenham esses papéis.

O estabelecimento de papéis a serem desempenhados leva à sua cristalização, como, por exemplo, o papel da mulher enquanto formas de ser e agir. Essa cristalização faz com que os papéis sejam vistos como tendo uma realidade própria, exterior aos indivíduos que têm de se submeter a eles, incorporando-os. Esta incorporação dos papéis pelos indivíduos realiza-se sob a forma de crenças e valores que mantêm a diferenciação social, visto estar fundamentada na distribuição social do conhecimento e na divisão social do trabalho.

Desta forma, o mundo social e institucional é visto como uma realidade objetiva, concreta, esquecendo-se que essa objetividade é produzida e construída pelo próprio homem.

Cabe à Psicologia apreender como se dá esta internalização da realidade concreta e como ela faz a mediação na determinação dos comportamentos do indivíduo.

O ponto inicial do processo se dá a partir do nascimento do homem, sem condições físicas que permitam a sua sobrevivência isoladamente, o que exige uma disponibilidade para a sociabilidade, para tornar-se membro de uma sociedade. A introdução do homem na sociedade é realizada pela socialização, inicialmente a primária e posteriormente a secundária.

Na nossa sociedade, a socialização primária ocorre dentro da família, e os aspectos internalizados serão aqueles decorrentes da inserção da família numa classe social, através da percepção que seus pais possuem do mundo, e do próprio caráter institucional da família.

A socialização secundária decorre da própria complexidade existente nas relações de produção, levando o indivíduo a internalizar as funções mais específicas das instituições, as subdivisões do mundo concreto e as representações ideológicas da sociedade, de forma a incorporar uma visão de mundo que o mantenha "ajustado" e, conseqüentemente, alienado das determinações concretas que definem suas relações sociais.

Podemos então verificar que toda análise que se fizer do indivíduo terá de se remeter ao grupo a que ele pertence, à classe social, enfocando a relação dialética homem-sociedade, atentando para os diversos momentos dessa relação.

A seguir foram propostas algumas sugestões para a análise do indivíduo inserido num processo grupal, a partir do materialismo dialético.

Em primeiro lugar, devemos partir da idéia de que o homem com quem estamos lidando é fundamentalmente o homem alienado, embora essa alienação possa assumir formas e graus diferentes. Nesse sentido, suas representações e sua consciência de si e do outro são sempre, num primeiro momento, fundamentalmente desconstruídas das determinações concretas que as produzem. Há sempre dois níveis operando: o da vivência subjetiva, marcado pela ideologia, onde cada um se representa como indivíduo livre, capaz de se autodeterminar, "consciente" de sua própria ação e representação; e a da realidade objetiva, onde as ações e interações estão sempre comprimidas e amalgamadas por papéis sociais que restringem essas interações ao nível do permitido e do desejado (em função da

manutenção do *status quo*). O nível da vivência subjetiva reproduz a ideologia do capitalismo (o individualismo, o *self-made-man*), o nível da realidade objetiva reproduz o cerne do sistema, ou seja, a relação dominador-dominado, explorador-explorado. Naffah mostrou, num trabalho recente, como, num sistema capitalista, os papéis sociais sempre reproduzem a dinâmica básica dos papéis históricos, ou seja, a relação dominador-dominado. Qualquer análise de um processo grupal que se apóie no materialismo dialético tem de partir, necessariamente, desses dois níveis de análise. A emergência da consciência histórica, portanto, de uma ação social como práxis transformadora, significaria o nível das determinações concretas rompendo as representações ideológicas e se fazendo consciência, momento em que a dualidade desapareceria.

Em segundo lugar, todo grupo ou agrupamento existe sempre dentro de instituições, que vão desde a família, a fábrica, a universidade até o próprio Estado. Nesse sentido, é fundamental a análise do tipo de inserção do grupo no interior da instituição; se foi um grupo criado pela instituição, com que funções e finalidades o foi; se surgiu espontaneamente, que condições presidiram seu surgimento, se foi no sentido de manutenção ou de contestação dessa mesma estrutura institucional, etc. Por outro lado, dado o estado geral da alienação, toda tarefa que o grupo se propõe deve apresentar, pelo menos de início, um estado maior ou menor de alienação; isso posto, cumpre observar como a realização dessa tarefa opera nos dois níveis de análise: o da vivência subjetiva e o das determinações concretas do processo grupal.

Em terceiro lugar, a história de vida de cada membro do grupo também tem importância fundamental no desenrolar do processo grupal. Para fins de observação e análise, entretanto, poder-se-ia dizer que a história de cada um acha-se condensada, no grupo, pelo sistema de papéis que ele assume e desempenha no decorrer do processo. Ou seja, a história de cada um presentifica-se pelas formas concretas através das quais ele age, se coloca, se posiciona, se aliena, se perde ou se recupera ao longo do processo. Isso não exclui, entretanto, a necessidade de uma pesquisa mais sistemática da história de cada um, quando isso se fizer necessário.

Em quarto lugar, tomando-se os dois níveis de análise, o da vivência subjetiva e o das determinações concretas do processo grupal, é sempre ancorada no segundo nível que qualquer dialética poderá se desenvolver. Isso não quer dizer, entretanto, que esses dois níveis não se codeterminem e não se engendrem reciprocamente

ao longo do processo. Quer dizer, simplesmente, que é ao nível do desempenho dos papéis que se reproduz a relação dominador-dominado, a luta pelo poder, e que é, portanto, nesse nível que podem emergir os processos de oposição, negação, contradição e negação da negação, que constituem qualquer processo dialético.

É também fundamental o desenrolar das vivências subjetivas e das representações ideológicas do grupo, primeiramente, porque vão refletir o grau com que se mascaram as determinações concretas ou se deixam emergir como consciência prática. De forma geral, diríamos que as contradições fundamentais se dão no nível da ação e da interação grupal, onde o exercício da dominação tenderia a gerar contradição e negação da própria dominação (através dos papéis). Ora, é a dominação e o seu exercício que sustentam a representação ideológica do *individualismo* (na medida em que o indivíduo só pode ser "livre" e autônomo pela negação de outro indivíduo, quer dizer, pela negação na interdependência entre si mesmo e o outro). Neste sentido, as contradições emergentes nesse nível tendem a produzir outra contradição, agora entre o nível das determinações concretas e o da vivência subjetiva. Dessa segunda contradição, que chamaríamos de periférica, poderia nascer ou não um tipo de consciência prática, capaz de engendrar qualquer práxis grupal. A emergência dessa consciência pode, entretanto, ser dificultada por rearranjos ou reorganizações do sistema de representações ideológicas presente no grupo, através dos próprios membros ou da instituição à qual o grupo pertence (um chefe, por exemplo, pode veicular a ideologia da instituição no grupo). Em grupos mais sofisticados, podemos ter esse nível ideológico impedindo o desenrolar das contradições até mesmo no nível das determinações concretas, controlando o desempenho dos papéis até um ponto X onde ele não ameace a ordem instituída (aí aparece, por exemplo, a ideologia da integração grupal, da coesão, etc.).

E por último, quanto aos papéis sociais, eles aparecem enquanto interação efetiva no nível das determinações concretas, onde reproduzem a estrutura relacional característica do sistema (relação dominador-dominado); entretanto, eles também existem no nível das vivências subjetivas, enquanto representação ideológica. Assim, por exemplo, o papel de "líder" pode, no nível das determinações concretas, exercer uma ação de dominação e ser vivido no nível das representações ideológicas como mero "coordenador", que só quer o bem do grupo e preservar a liberdade de todos. Nesse nível os papéis funcionam como máscaras; no outro

nível, o da ação, como elementos de denúncia e motores da dialética.

Estas reflexões teóricas foram se processando simultaneamente com observações de grupos em situações naturais, e numa primeira etapa, permitiram precisar dois aspectos primordiais, ou seja, como se caracteriza a participação dos membros do grupo e que seria a produção ou produto de grupo.

Quanto ao aspecto de participação no grupo, as observações feitas sugeriram de início que este poderia se caracterizar em termos de oposição e/ou conflitos, porém observações subseqüentes, em outras condições, indicavam que a participação ocorria na forma de "acréscimos" ou "contribuições", dentro de um processo de comportamentos encadeados. As observações também permitiram analisar o significado de comportamentos paralelos, como comentários entre duas pessoas, que, mesmo se relacionados com o tema em discussão, só poderiam ser entendidos como participação no momento em que fossem compartilhados por todos os membros do grupo; ou seja, em nada resultaria alguém ter uma "idéia genial", se esta não fosse transmitida a todos; neste sentido, por mais "participante" que cada indivíduo se sentisse, isto não teria significado para o processo grupal: apenas a ação efetiva compartilhada com os outros é que poderia ser caracterizada como participação.

Outro aspecto constatado foi que o significado das participações individuais, na maioria das vezes, não era dado pela situação em si, mas exigia mais informações a respeito da inserção de cada um, quanto às suas relações sociais, no contexto mais amplo (instituição) dentro do qual o grupo se processa. Caso contrário, tínhamos apenas um relato mecânico e vazio de comportamentos em seqüência. Quando obtidas estas informações, ficava clara a relação entre a instituição e os papéis desempenhados no grupo, que, num primeiro momento, foram vistos como características peculiares de cada um de atuar no grupo.

As observações permitiram uma análise de participação em termos de "assumir papéis", e em que medida estes são preexistentes ao grupo e definidos institucionalmente, com a função implícita de reproduzir relações sociais e, como tal, mascarar as contradições decorrentes de relações de dominação existentes em papéis ditos complementares. Na medida em que os papéis são desempenhados como "naturais", os indivíduos têm pouca consciência de sua participação no grupo: as coisas acontecem como

"devem ser"; senão, é porque alguém não cumpriu com o seu papel... E pode-se, então, observar a cristalização de papéis, que significa evitar qualquer comportamento novo que possa levar a um questionamento do grupo e sua possível desestruturação — o objetivo é sempre o de evitar conflitos. Neste sentido poder-se-ia dizer que a participação se torna circular e o grupo se caracterizou pela preservação da alienação de seus membros.

Quando, em um grupo observado, os membros fizeram uma análise das determinações institucionais que permeavam as relações entre eles, observou-se a emergência de um sentido de "nós — o grupo". Neste momento, questionaram a presença de observadores "de fora" e impediram a divulgação das observações daquele grupo, procurando assim a preservação do grupo enquanto tal. A participação que se desenvolveu entre os membros, nessa ocasião, sugeriu um processo em espiral, onde as contradições acabariam por se aclarar, levando o grupo a uma transformação qualitativa na participação e na produção grupal. Infelizmente, a autopreservação do grupo impediu acompanhar o processo e constatar as decorrências desta análise feita pelo grupo.

Em termos teóricos, parece ser necessário que o assumir papéis seja questionado pelo grupo, e sua negação só ocorrerá na medida em que os indivíduos tomem consciência das determinações históricas, inerentes aos papéis e aos indivíduos, que estão presentes nas participações de cada um no processo grupal. Como consequência desta análise, foi feita uma crítica às técnicas de treinamento de grupo em que se enfatizam a troca de papéis, a liderança funcional, como formas alternativas de impedir a emergência de contradições e manter o grupo na sua função ideológica de reproduzidor de relações sociais.

Os grupos observados não permitiram, dado o tempo restrito em que foram acompanhados, precisar como aconteceria este processo em espiral, ficando para ser melhor explicitada a questão de como a contradição emerge: se a nível de um ou de vários indivíduos, e de como se daria a superação da contradição, quando os mecanismos institucionais (exemplo: troca de papéis) que procuram impedir a emergência de contradições também são negados, e o grupo se torna consciente de suas determinações históricas.

Estreitamente vinculada à discussão da participação grupal, se deu a análise da produção do grupo, que separamos para atender a uma forma didática de exposição, mas que de fato não pode ser

vista separadamente, pois toda a participação se dá dentro de um processo de produção grupal.

A partir das observações iniciais, constatou-se que a produção do grupo não poderia ser identificada, necessariamente, com a tarefa nem com os objetivos do grupo. A produção seria a própria ação grupal, que se dá pela participação de todos, seja em torno de uma tarefa, seja visando um objetivo comum. Seria processo de produção o grupo se organizar, assumir papéis, realizar tarefas, em outras palavras, seria se produzir como grupo, ou seja, a práxis grupal, como afirma Sartre; a "materialidade que estabelece as relações entre os homens". Nas relações entre os indivíduos, pela participação entre eles, estes se transformam e transformam o grupo, produzindo o próprio grupo.

Assim, a produção grupal se daria num processo em espiral — parte deste processo já tem sido estudado pelas teorias de dinâmica de grupo, quando caracterizam a individualização no assumir papéis, quando analisam o grupo como necessário para definir a identidade social de cada um. Porém, via de regra, elas param neste ponto; quando muito reconhecem na cristalização de papéis uma certa estagnação, propondo então formas alternativas de participação (troca de papéis, liderança funcional, etc.) como soluções para garantir o bom funcionamento do grupo, ou seja, garantir a "circularidade" na participação, como já vimos anteriormente.

Se na análise do processo de produção aplicarmos a lei da negação, vemos que as teorias tradicionais sobre grupo permanecem na primeira negação, ou seja, o grupo como negação da condição de "espécie biológica" do homem que os mantém semelhantes, permitindo a concretização de individualidades, de diferenciações entre elas, diferenciações que se cristalizam em papéis que definem as relações sociais a serem mantidas. No momento em que isto se dá, cessaria o processo de produção. Teríamos a rotina, a institucionalização do grupo, segundo Sartre. Porém, esta é uma condição que nossas observações do cotidiano mostram que não se perpetua: o grupo entra em "crise", se desestrutura.

A questão que se colocou foi: Como o grupo superaria esta situação? O que seria neste caso a negação da negação, necessária para a produção grupal? O que significa no processo grupal uma negação da individualidade, que a supere sem retornar ao primeiro elemento negado? E aqui, a análise da participação permite precisar a segunda negação, quando, através da constatação da função ideológica e mascaradora dos papéis assumidos dentro de um

contexto histórico que leva os indivíduos a se desalienarem, ou seja, se perceberem enquanto membros da sociedade, semelhantes nas suas determinações históricas, a abrirem mão desta individualidade institucionalizada para efetivamente assumirem uma identidade grupal e, conseqüentemente, uma ação grupal. É somente neste momento que os indivíduos no grupo poderiam ter uma ação social transformadora dentro da sociedade em que vivem.

Esta elaboração teórica inicial indica que o estudo de pequenos grupos se torna necessário para entendermos a relação indivíduo-sociedade, pois é o grupo condição para que o homem supere a sua natureza biológica e também condição para que ele supere a sua natureza "individualista", se tornando um agente consciente na produção da história social.

Muitos estudos e pesquisas são necessários para que este processo seja conhecido concretamente; esperamos ter aberto um caminho.

Numa segunda etapa, onde novos grupos foram observados em todas suas reuniões, pudemos precisar melhor as formas de participação e o processo de produção grupal.

Diante dos relatos de observações dos diversos grupos, em todos os seus encontros, pudemos analisar alguns aspectos fundamentais do processo grupal, ou seja, as relações de dominação, as lutas pelo poder, as determinações institucionais de papéis e mais, no confronto com propostas teóricas, fazer uma análise crítica do conhecimento que se tem elaborado sobre grupos.

A partir de alguns fatos que ocorreram em um grupo operativo, levantamos a hipótese de que a antiguidade de um membro no grupo lhe atribui poder e direitos sobre os demais, poder este que é ideologizado em termos de "experiência, sabedoria, títulos e mesmo dedicação, seriedade, etc.". Analisando os demais grupos, a hipótese parece se confirmar quando, num grupo de trabalho em periferia, a coordenação é assumida por um membro "mais experiente", sem qualquer questionamento pelos demais, pelo contrário, o grupo sequer inicia uma reunião sem a presença deste coordenador, mesmo quando poderiam tomar decisões sem a sua contribuição.

Num grupo que constituía a diretoria de um sindicato, a antiguidade se apresenta na forma de idade e experiência profissional, atribuindo poder ao presidente e ao 2º secretário. Aqui percebemos claramente a determinação institucional, no sentido de que, for-

malmente, é exigida uma chapa com cargos e funções definidos. Apesar de o grupo ter assumido a diretoria com o propósito de um trabalho em equipe onde todos seriam iguais enquanto poder de decisão, e hierarquia prevalece quando, em situações de desacordo ou conflito entre os dois "mais antigos" o grupo apóia e acompanha aquele que ocupa o cargo mais elevado, ou seja, a submissão atribui poder de dominação a um membro.

Numa diretoria de entidade estudantil também vimos a antiguidade presente, porém escamoteada por diferentes propostas e/ou posturas políticas não explicitadas. Neste grupo, a luta pelo poder se apresenta claramente, mas agora entre "velho" e "novo". Numa equipe de professores a "luta" que ocorre também se caracteriza por dominação ora pelo mais antigo, ora por um dos mais novos. Neste grupo surge também um aspecto observado na diretoria do sindicato — o grupo é que busca apoio e submissão e com isto atribui poder a um ou a outro — ou seja, os elementos da relação dominador-dominado são opostos na unidade, mas implicando, necessariamente, o outro. O antigo assume "naturalmente" a coordenação e se caracteriza como sendo mais experiente e mais titulado e também o ponderado e de bom senso. Por outro lado, o novo é visto como contestador avançado e transformador.

Estes dois grupos (estudantil e professores) nos levaram a questionar o quanto a instituição universitária, especificamente, a PUC-SP, estaria propiciando a emergência de um papel do "novo" contestador quando, ao mesmo tempo, valoriza a titulação e a carreira (antiguidade) de seus membros.

A relação de dominação em um grupo de presidiários parece ser fortemente permeada pela instituição — o caráter repressivo, que define o presídio, é negação de qualquer poder individual, porém observou-se comportamentos decisivos para o grupo em questão que sugerem alguma forma de dominação — é o caso de um presidiário que de início contesta a atividade que o grupo se propõe a desenvolver, negando e se afastando do grupo, e este se afirma executando a tarefa proposta. Também o desabafo pessoal de um dos membros, após um espetáculo organizado pelo grupo, o qual é ouvido passivamente pelos demais, determinará o teor da reunião seguinte, levando o grupo a uma análise de suas condições sociais num processo de identificação tanto com o primeiro como com o segundo. A emergência de um poder negado parece propiciar um salto qualitativo do grupo em termos de conscientização social, quando ele chega a perceber a responsabilidade do Estado pelas

condições de vida que geraram a situação atual de todos os membros do grupo.

Neste grupo de presidiários a questão de antiguidade não pôde ser observada, e possivelmente não deve ocorrer dado o próprio caráter institucional onde não há vantagens nem necessidade de ideologizar qualquer relação de dominação. Por outro lado, no grupo operativo onde as interferências institucionais são minimizadas, a antiguidade dá o poder de "dono do grupo" ao membro que compareceu a todas as reuniões, inclusive as que não ocorreram por falta de *quorum*. No papel de coordenador em confronto com o coordenador oficial, exclui um dos membros, que de início assumira certa liderança mas que deixou de comparecer a alguns encontros, e foi considerado um elemento "novo" e objeto de decisão de poder ou não ingressar no grupo, igual a outros candidatos que se apresentaram na ocasião.

Os grupos observados permitiram analisar como a dominação se reproduz e sua ideologização produzida institucionalmente, justificando tanto as lutas pelo poder, como a submissão dos membros do grupo atribuindo poder a um elemento, e assim reproduzindo relações sociais necessárias para que as contradições não emerjam e nem sejam superadas.

A análise das observações também nos permitem um confronto com as diversas teorias sobre grupo. Assim, quando Lewin conceitua liderança a partir de situações experimentais, apenas descreve o aparente sem captar as relações de poder que existam mesmo sob liderança "democrática", e que o leva a concluir, paradoxalmente, da necessidade de uma liderança democrática *forte* para um grupo chegar a ser autônomo, ou seja, efetivamente democrático. A pressuposição de um líder forte implica um poder que será "doador" a todos, impedindo a emergência da contradição e conseqüentemente a conscientização dos membros do grupo. Para Lewin, os grupos de professores e da diretoria do sindicato seriam vistos como democráticos, sem possibilidade de analisar o movimento de submissão do grupo nem a veiculação ideológica na atribuição de poder. Sob esta perspectiva os grupos só podem reproduzir relações mantenedoras do *status quo*. São estes pressupostos e a metodologia adotada que levam os pós-lewinianos à reificação de grupo, como processo "natural" e "universal", reproduzindo a ideologia dominante que define os papéis grupais em termos de complementaridade, de produtividade e de coesão, sem que a

instituição que os engendra nem suas determinantes históricas sejam consideradas na análise.

Já Horkheimer e Adorno, ao fazerem a crítica do estudo de microgrupos, apontam para o caráter histórico dos grupos e a impossibilidade de generalizações a partir do empírico. Como pudemos ver pela análise dos grupos observados, na aparência as relações são peculiares e somente no aprofundamento da análise do processo ocorrendo, com suas determinações sociais mais amplas, pode-se captar a natureza reprodutora das relações que se desenvolvem em cada grupo, enquanto relações de dominação.

Quanto a Loureau, ele contribui para se detectar o quanto os grupos observados se mantêm como grupos-objeto, na medida em que coesão, harmonia, unidade permeiam as relações, mantendo hierarquias de poder. É interessante notar que apenas o grupo de presidiários, onde o poder repressivo da instituição nega qualquer agrupamento, é aquele que apresenta maior potencial em direção a vir a ser um grupo-sujeito, possivelmente, pela necessidade de definir uma distância institucional, a qual não poderá jamais tender a ser infinita, dadas as condições objetivas de um presídio. A análise da instituição e das determinantes sociais feitas pelo grupo caracterizam um processo de transversalidade, tornando possível ao grupo passar de objeto a grupo-sujeito.

A contribuição de Lapassade é uma análise grupal dentro de instituições e organizações e as articulações que determinam as relações nos grupos, partindo da análise feita por Sartre. Nos grupos observados, a presença da instituição permeia as relações sociais, sendo marcante no grupo de presidiários onde a condição de igualdade de seus membros parece facilitar a identificação entre eles e a análise de suas condições sociais em termos mais abrangentes. Também a diretoria do sindicato é determinada institucionalmente quando os cargos que caracterizam divisão de trabalho são hierarquizados, levando os membros, *em situação de conflito, a se utilizarem* da hierarquia para chegarem a decisões num aparente consenso.

A instituição universitária está claramente presente no grupo de professores quando a titulação define coordenação e quando desobriga os monitores de uma participação mais ativa, permanecendo numa postura de aprendizes. A diretoria da entidade estudantil parece estar permeada por instituições políticas que dado o pouco tempo de observação e as várias nuances de grupos políticos universitários dificulta uma análise de suas determinações institu-

cionais. Porém a PUC, como instituição, permeia os dois grupos pela ênfase no "novo" contestador que vem se tornando um papel esperado, se não institucionalizado.

Os outros dois grupos — operativo e de trabalho na periferia — por se posicionarem como a-institucionais necessitariam de mais dados enquanto características individuais para se detectar a presença de instituições.

A proposta de Pichon-Rivière, aparentemente próxima à nossa, mas diante das observações de grupos operativos suscitou uma série de questões relativas à análise dialética das formas de interação entre os membros do grupo. A principal foi a constatação de relações de dominação que geram alto nível de ansiedade nos grupos a ponto de eles se desfazerem na primeira oportunidade. Fica a questão se o problema reside na teoria ou na prática desenvolvida. Do ponto de vista teórico, apesar de a proposta ser de uma abordagem materialista dialética, o autor propõe um "esquema conceitual", teórico, ao invés de categorias que remetam a fatos concretos, no que se aproxima do modelo lewiniano, onde a teoria leva aos fatos (ao empírico) e estes reformulam a teoria. Por outro lado, a dialética proposta se caracteriza como idealista, pois pressupõe contradições entre o "interno" e o "externo" do indivíduo, entre sujeito e grupo, entre o implícito e o explícito e entre projeto e resistência à mudança. Nenhuma relação é estabelecida com a contradição fundamental das condições históricas da sociedade onde o grupo se insere. Desta forma, o psicólogo considerado como uma entidade em si implica uma concepção dicotômica e idealista do homem. E esta visão determina o papel de coordenador como dono de um saber que o permite interpretar o psíquico oculto de cada indivíduo, membro do grupo; este saber faz do coordenador uma figura de poder que leva os membros ao que chama de "adaptação ativa". Desta forma, a conscientização que propõe atingir pela práxis nada mais é que um processo terapêutico tradicional (autoconhecimento) sem que necessariamente seja um processo de conscientização social onde determinações históricas de classe e as especificidades da história individual se aclaram e se traduzem em atividades transformadoras.

Do mesmo modo a concepção de papéis, por um lado definidos institucionalmente, por outro objetivo de "expectativas" individuais — como produto singular isento de determinações histórico-sociais — permitem a mediação ideológica dos papéis, pois se apenas contradições entre o "interno" e o "externo" são

analisadas, passa despercebida a reprodução das relações sociais necessárias para que as contradições não emergjam nem sejam superadas.

Na abordagem de Calderón e De Govia a proposta materialista histórica não se confunde com teorias psicanalíticas, mantendo a unicidade do indivíduo como produto histórico e manifestação de uma totalidade social. São as necessidades que reúnem indivíduos em grupo para, cooperando, satisfazê-las. Para tanto, se organizam de formas próprias (lideranças) e cuja análise permite aos autores detectar estágios e tipificar os grupos.

Segundo esta tipologia poderíamos dizer que o grupo da entidade estudantil ainda estaria numa fase de "aglutinado", caminhando para dois subgrupos "possessivos"; o de trabalho em periferia seria tipicamente "possessivo", enquanto a diretoria do sindicato, por suas características institucionais, estaria entre "possessivo" e "coesivo"; o grupo de professores parece estar caminhando de "coesivo" para "independente"; o grupo operativo, por sua vez, parece oscilar entre "aglutinado" e "coesivo". Difícil foi caracterizar o grupo do presídio; enquanto preparação do espetáculo foi um grupo "possessivo", e depois deste, na última reunião observada, parece estar se tornando "independente".

Esta abordagem é, sem dúvida, a que mais se aproxima da nossa, mas a caracterização de estágios ou tipos de grupos não é suficiente para responder à questão de como o grupo se processa, superando contradições, até se tornar condição de conscientização de seus membros e, conseqüentemente, agentes históricos.

Outros grupos foram observados com a preocupação de precisar uma metodologia de análise e permitiram concluir sobre a não-neutralidade do observador e, principalmente, sobre a sua interferência no processo grupal, mesmo quando afastado fisicamente e sem qualquer participação no processo. Foram casos onde o próprio grupo, se avaliando, comentava a presença do observador como responsável pela maior produtividade do grupo, ou ainda, no caso já citado, o caráter perturbador do observador, exigindo dele um compromisso de sigilo e de participação no grupo.

Diante destes fatos, novas observações foram feitas, mas assumindo a intervenção como inevitável, colocando-se o observador à disposição do grupo para narrar a sua análise a qualquer momento, pois também aclarou para nós que o grupo só dá saltos qualitativos no seu processo quando ocorrem análises e reflexões críticas no próprio grupo. Com isto esperávamos precisar as condi-

ções necessárias para que um grupo se tornasse consciente e transformador.

Esta nova etapa de observações participantes foi sendo também confrontada com as observações feitas anteriormente, o que nos permitiu precisar algumas categorias fundamentais para a análise do processo grupal.

A primeira categoria detectada foi a de produção, onde a produção da satisfação de necessidade, como apontado por Calderón e De Govia, implica necessariamente a produção das relações grupais, ou seja, a produção do grupo é produção grupal — é o processo histórico do grupo. Ou seja, o processo grupal se caracteriza como sendo uma *atividade produtiva*.

Uma segunda categoria definida é a de dominação, no sentido de que na sociedade brasileira capitalista as condições infra-estruturais para serem reproduzidas implicam mediações tais que, de formas as mais diversas, reproduzem relações de dominação, e que estas implicam a unicidade dominação-submissão, ou seja, nos grupos onde a proposta de relacionamento é de igualdade entre os membros detecta-se a dominação pela submissão dos membros a uma outra pessoa. Esta categoria leva necessariamente à análise das instituições que fazem a mediação infra e superestrutural, através da definição de papéis como necessários para a reprodução de relações sociais conforme previstos pelas instituições de uma dada sociedade.

A categoria de grupo-sujeito (adotamos a denominação de Loureau) de fato só pode ser precisada nessa última etapa de observações quando o observador, como participante, analisava as contradições decorrentes das relações de dominação, levando o grupo a uma auto-análise, porém, em nenhum momento conseguimos detectar um grupo como um todo agindo em plena consciência. Detectou-se pessoas em processo de conscientização, enquanto outras resistiam a mudanças, e, quando a pressão oriunda da análise se tornava perturbadora, a tendência era sempre de o grupo se desfazer, seja pela separação física, seja pela re-organização de tarefas de forma a torná-las independentes entre si, fazendo com que o produto final fosse apenas somatória de produtos individuais, ou seja, uma re-organização que é a própria negação do grupo.

Esta negação do grupo, confrontada com observação de grupos onde as tarefas eram sempre individuais, sem haver ações necessariamente encadeadas para se atingir um produto, nos leva

à categoria de não-grupo e à comprovação de que só é grupo quando ao se produzir algo se desenvolvem e se transformam as relações entre os membros do grupo, ou seja, o grupo se produz. Um exemplo típico de não-grupo é aquele onde as pessoas se reuniam em uma instituição para apreender e fazer trabalhos manuais, cada um envolvido com o seu. Fisicamente as pessoas estão "agrupadas", elas se relacionam conversando assuntos os mais diversificados, porém o fato de cada uma ter o seu trabalho faz com que as relações entre elas não se alterem, por mais tempo que permaneçam juntas.¹

Acreditamos que para um grupo como tal ser um grupo-sujeito é necessário haver circunstâncias como pressão exterior ao grupo (como no presídio) ou uma condição de marginalização (como um grupo observado de pessoas cegas), ou então haver um forte compromisso entre os membros, como o político ou do tipo de sociedade secreta, pois os processos de conscientização ocorrem em indivíduos em momentos diferentes, passando por estágios diferentes, o que gera contradições, em geral, difíceis de serem superadas, fazendo com que ocorra a dissolução do grupo, antes de uma conscientização grupal. E, obviamente, na nossa sociedade mil e um recursos são oferecidos para evitar esta conscientização grupal, perturbadora para o *status quo*.

Esta análise nos permitiu constatar com clareza, por um lado, que o grupo social é condição de conscientização do indivíduo e, por outro, a sua potência através de mediações institucionais, na produção de relações sociais historicamente engendradas para que sejam mantidas as relações de produção em uma dada sociedade. Outro ponto de fundamental importância para o processo grupal e para superação das contradições existentes é a necessidade de o grupo analisar-se enquanto tal. O grupo que apenas executa tarefas sobre transformações que, se não forem resgatadas conscientemente pelos membros, ele apenas se re-ajusta, sem que ocorra qualquer mudança qualitativa nas relações entre seus membros.

(1) Este não-grupo se identifica com o que Sartre e Lapassade chamam de *serialidade*, e se aproxima da noção de *segmentaridade* de Loureau. São agrupamentos onde, tanto as necessidades como os motivos e as atividades decorrentes são individuais e não conseqüências de uma relação onde predomina o "nós" e que exige a cooperação de todos.

Bibliografia

- Barremblitt, Gregório (org.), *Grupos — Teoria e Técnica*, Rio de Janeiro, Graal-IBRAPSI, 1982.
- Carrera Damas, G., "Puntos de vista de um historiador acerca de la Psicología Social histórica", in *Boletim Avepso*, nº 01, vol. II, 1979.
- Doise, William, *L'articulation Psychosociologique et les Relations entre Groupes*, Bruxelas, Ed. A. de Bock, 1976.
- Fernandes Calderón, J. e De Góvia, G. C. C., *El Grupo Operativo — Teoría y Práctica*, 2ª ed., México Df, Edit. Extemporáneas, 1978.
- Horkheimer, M. e Adorno, T., *Temas básicos de Sociología*, São Paulo, Cultrix e EDUSP, 1973.
- Lane, S. T. M., "Uma Redefinição da Psicologia Social", in *Educação e Sociedade*, nº 6, jun. 1980.
- Lapassade, George, *Grupos, Organizações e Instituições*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1977.
- Loureau, René, *A Análise Institucional*, Petrópolis, Vozes, 1975.
- Mao-Tsé-Tung, *Tese da Contradição*, Belém, Ed. Boitempo, 1978.
- Marx, K. e Engels, F., *L'ideologie Allemande*, trad. de R. Cartelle, Paris, Eds. Sociales, 1953.
- Marx, K., "Thèse sur Feuerbach" in Marx, K. e Engels, F. *Études Philosophiques*, Eds. Sociales, 1951.
- Montero, Maritza, "Psicologia Social e História", in *Boletim AVEPSO*, nº 1, vol. I, 1978.
- Naffah Neto, A., *Psicodrama — Descolonização Imaginária*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979.
- Ofshe Richard, J. (ed.), *Interpersonal Behavior in Small Groups*, Nova Jersey, Prentice Hall, 1973.
- Pichon Rivière, E., *El Proceso Grupal — Del Psicoanálisis a la Psicología Social*, 5ª ed., Buenos Aires, Ed. Nueva Vision, 1980.
- Sartre, J.-P., *Critique de la Raison Dialectique*, Paris, Gallimard, 1960.

Família, emoção e ideologia

José Roberto Tozoni Reis

A família tem estado em evidência. Por um lado ela tem sido o centro de atenção por ser um espaço privilegiado para arregimentação e fruição da vida emocional de seus componentes. Por outro, tem chamado a atenção dos cientistas, pois, ao mesmo tempo que, sob alguns aspectos, mantém-se inalterada, apresenta uma grande gama de mudanças. É comum ouvirmos referências a "crise familiar", "conflito de gerações", "morte da família". Ela também suscita polêmicas: para alguns, família é a base da sociedade e garantia de uma vida social equilibrada, célula sagrada que deve ser mantida intocável a qualquer custo. Para outros, a instituição familiar deve ser combatida, pois representa um entrave ao desenvolvimento social; é algo exclusivamente nocivo, é o local onde as neuroses são fabricadas e onde se exerce a mais implacável dominação sobre as crianças e as mulheres. No entanto, o que não pode ser negado é a importância da família tanto ao nível das relações sociais, nas quais ela se inscreve, quanto ao nível da vida emocional de seus membros. É na família, mediadora entre o indivíduo e a sociedade, que aprendemos a perceber o mundo e a nos situarmos nele. É a formadora da nossa primeira identidade social. Ela é o primeiro "nós" a quem aprendemos a nos referir.

A instituição familiar tem ocupado a atenção de estudiosos de todas as ciências sociais. O que essas abordagens têm tido em comum, via de regra, é o fato de ver a família apenas através da ótica de uma disciplina científica especializada. Pode-se verificar que muitas vezes se repete, com argumentos tirados do repertório